

WARREN, Ilse Scherer. Para uma metodologia de pesquisa dos movimentos sociais e educação do campo. *In: MOLINA, Mônica (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Maria Antônia de Souza¹

INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem em sua trajetória os estudos sobre a “escola no meio rural”, a “educação rural” e a “educação do campo”. Pesquisas de Sud Mennucci (1932; 1944), Julieta Calazans (1993), Maria Nobre Damasceno (1990) e Flávia Werle (2007), por exemplo, enfatizam a história da educação no meio rural, a formação de professores e a organização do trabalho pedagógico. O Grupo de Trabalho da ANPED Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, em sua origem, era denominado de Educação para o Meio Rural. Mesmo diante da existência do grupo de pesquisa e da realidade rural do país, investigação de Damasceno e Beserra (2004) demonstra o desinteresse pela temática educação rural, nas pesquisas da área educacional, indicando que, na década de 1990, 0,9% das pesquisas tinham como objeto a educação rural, e que, na década de 1980, esse percentual era de 2,1%.

Em nossos estudos sobre a produção do conhecimento em educação e movimentos sociais do campo, selecionamos indexadores como educação do campo, educação e movimentos sociais do campo e educação e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e encontramos, para o período de 1987 até 2015, 810 pesquisas do tipo teses e dissertações. A pesquisa de natureza bibliográfica foi realizada mediante consulta ao banco digital de teses e dissertações da CAPES e acurriculo Lattes de 30 pesquisadores expoentes na orientação de teses e dissertações sobre os temas. Foi realizada também a consulta na lista de referências das teses e dissertações identificadas no período. Considera-se que, ao menos, 10% das pesquisas da área educacional têm dado atenção à temática na pós-graduação stricto sensu (SOUZA, 2010; 2015). Nos últimos

1 Licenciada e Bacharel em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente. Bacharel em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre e Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação – Universidade Tuiuti do Paraná. Professora Associada C da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Curso de Pedagogia. Tem livros e capítulos de livros publicados sobre o tema movimentos sociais, Educação do Campo e pesquisa em educação. É bolsista produtividade em pesquisa do CNPq, 1C. e-mail: maria.antonia@pq.cnpq.br.

15 anos, periódicos da educação e eventos acadêmico-científicos têm divulgados trabalhos vinculados à educação do campo. Grupos de trabalho, eixos temáticos, minicursos, mesas-redondas e simpósios são organizados com o tema educação do campo. São exemplos de eventos os seminários nacionais e internacionais de pesquisas, como o I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul (SIFEDOC), criado no Estado do Rio Grande do Sul, e dezenas de outros seminários de educação do campo. Em eventos, como ANPED, ENDIPE e EDUCERE, também têm sido comuns os trabalhos sobre educação do campo, expostos nos diversos eixos e grupos de trabalho, com destaque para o grupo de movimentos sociais, políticas educacionais, formação de professores e educação de jovens e adultos. Na 37ª Reunião Nacional da ANPED, no Grupo de Trabalho "Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos", foram apresentados 11 trabalhos, dentre 20, diretamente relacionados com os debates da educação do campo no Brasil. Essa ampliação do número de pesquisas justifica-se pela consolidação do que Munarim (2008) denomina de Movimento Nacional de Educação do Campo, formado por diversas entidades da sociedade civil e universidades que fortalecem as lutas e resistências no campo, e colocam em pauta o processo de escolarização dos povos do campo.

Dados da II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (II PNERA, 2015) revelam que foram realizados 320 cursos pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no período de 1998 a 2011, envolvendo 82 instituições. Foram 167 cursos de Educação de Jovens e Adultos Fundamental, nove cursos de nível médio e 54 cursos de nível superior. No referido período foram identificadas 260 dissertações de mestrado, 63 teses de doutorado e 174 monografias sobre o PRONERA. Somando produções em vídeos, apostilas, textos, músicas, artigos etc. encontram-se 5.920 produções. Esses dados permitem afirmar que o Movimento Nacional de Educação do Campo tem exercido um papel fundamental na ampliação do olhar para o campo, para o processo de escolarização dos povos do campo e para as lutas protagonizadas pelos povos do campo, das florestas e das águas. Como escreve Ribeiro (2013, p. 126):

As lutas dos movimentos sociais populares Por Uma Educação do Campo têm como alicerce o Movimento Camponês e como justificativa a necessidade de uma formação humana articulada à vida, trabalho, à cultura e aos saberes das práticas sociais dos camponeses.

Muitas pesquisas tratam da escola pública que está no campo, marcada pelo paradigma da educação rural. Ao analisarem a escola pública e o contexto dos trabalhadores rurais, traçam contrapontos com a educação do campo. Em que pesem serem pesquisas que retratam a educação rural, é importante reconhecer que elas constituem meios de denúncia das relações que se passam no campo. É necessário salientar que, nos últimos anos, as pesquisas têm atentado para a realidade rural, seja analisando a escola rural, a educação do campo, a identidade da escola que está no campo, os pro-

gramas governamentais vinculados à educação rural e aqueles vinculados à educação do campo, práticas pedagógicas entre outros temas. Fato é que a educação amplia, um pouco, os olhares para o rural/campo, para o trabalho e para os processos educativos escolares e não escolares, além de atentar para as relações entre educação e movimentos sociais, entre sociedade civil e governos. Analisam-se os encontros, o tensionamento e os enfrentamentos entre sociedade civil e governos, evidenciando que o poder público é parceiro em alguns processos educativos e em outros é um forte regulador de políticas e de práticas pedagógicas. As pesquisas demonstram que a educação do campo, ao ser produzida e ao produzir uma concepção contra-hegemônica de educação e de sociedade, incomoda muita gente, o poder público e, portanto, o Estado. Prova disso é o conjunto de ações civis públicas contra cursos para beneficiários da reforma agrária, constituindo frentes da judicialização da educação: fatos e temas que têm despertado o olhar de pesquisadores da área educacional.

Diante desse cenário de produção sobre educação rural e educação do campo no Brasil e tendo como referência os documentos produzidos pelos coletivos nacionais da educação do campo, materializados a partir das conferências, fóruns e encontros, e os documentos normativos nacionais, como decreto e resoluções do Conselho Nacional de Educação, este texto tem o propósito de caracterizar e analisar a produção da educação do campo no Brasil. Ao analisar a sua produção, é fundamental esclarecer a oposição que se forma em relação à prática e política da educação rural e educação do campo, este texto muitas dúvidas sobre as diferenças entre educação rural e educação do campo, este texto terá como fio condutor as reflexões conceituais oriundas de nossas investigações documentais, bibliográficas e empíricas, realizadas desde 1994, com participação efetiva nos espaços públicos de constituição da educação do campo e trabalho coletivo nas escolas rurais que, na conjuntura atual, tentam entender que construção é essa que interroga as políticas e práticas pedagógicas vigentes historicamente na educação brasileira. Não se trata de uma única distinção ideológica ou política, pois há fundamento epistemológico e pedagógico para se diferenciar a concepção de educação rural, da recente educação do campo, destacando que esta não supera aquela. São duas concepções que caminham paralelas e opostas, vinculadas a projetos societários de natureza político-social oposta. Concordamos com Ribeiro (2013, p. 135) ao afirmar que "[...] a luta pela reforma agrária e pelo projeto popular de sociedade é o carro-chefe da luta pela educação do campo".

A compreensão da educação do campo no Brasil requer a análise da materialidade de sua origem, bem como dos desdobramentos decorrentes da experiência gerada a partir dos espaços públicos que lhe deram consistência e consolidação. Trata-se de uma história em construção, como concepção educacional e como experiência coletiva do Movimento Camponês, composto por diversos movimentos de trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária. Desde 1997, quando foram lançadas as primeiras disposições sobre o que viria a ser chamado de educação do campo, no ano de 1998, passaram-se quase duas décadas. Com o *Manifesto das educadoras e educadores da reforma agrária ao povo brasileiro*, de 1997, ficou firmado o compromisso com "uma

escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país". O referido Manifesto é fruto coletivo do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, realizado nos dias 28 a 31 de julho de 1997, no município de Luziânia/GO. No encontro, os coletivos de povos do campo firmaram o compromisso com um projeto de transformação social, no qual a escola é fundamental, em que pese o reconhecimento de que sozinha a escola não resolverá os problemas do povo. Após 18 anos do I Encontro, realiza-se em setembro de 2015 o II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, com aproximadamente 1.500 participantes, colocando em debate o avanço do agronegócio e do mercado, na área educacional, bem como a necessidade de disputar a educação pública, mediante um projeto de educação em perspectiva transformadora.

Do ponto de vista teórico, este texto tem como ponto de partida a certeza de que a educação do campo é fruto da experiência coletiva nos e dos movimentos sociais, no contexto da relação de forças estabelecida entre capital e trabalho, portanto, no cenário da luta de classes, em que o protagonismo dos povos do campo é feito por uma diversidade de sujeitos coletivos, reunidos na unidade que Ribeiro (2013) denomina de Movimento Camponês. O Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), por exemplo, é um coletivo de coletivos, formado por representantes governamentais, dos movimentos sociais populares, das organizações populares e das universidades que se vinculam à luta por educação e por outro projeto de desenvolvimento societário. Outra certeza, que é premissa neste texto, refere-se ao papel do Estado, em que pese o vínculo com o modo de produção capitalista, que tem sido o de fomentar (financeiramente e normativamente) a educação do campo e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, tem sido regulador das experiências coletivas. Por exemplo, ao mesmo tempo em que financia cursos para beneficiários da reforma agrária e licenciatura em educação do campo, julga processos judiciais contrários a esses cursos; estabelece relações precárias de trabalho entre os professores das escolas que estão no campo, e dificulta a inserção dos recém-formados nos cursos de licenciatura em educação do campo a tomarem posse das vagas conquistadas em concurso público. Fomento e regulação são ações que marcam a produção da educação do campo na relação dos movimentos sociais com o Estado.

Conceitos como prática social, experiência coletiva, relação de forças, contradição, intelectual coletivo e diversidade passam a ser constituintes e constituídas no que se denomina de Movimento Nacional de Educação do Campo. Outros conceitos essenciais à compreensão da educação do campo são território e agricultura familiar camponesa. Mediante interrogação sobre a constituição do território brasileiro, do ponto de vista histórico, social e demográfico, chega-se à conclusão sobre a ruralidade que marca as relações sociais e econômicas no país, em que pese o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelar que mais de 85% do Brasil é urbano. Análises demográficas e socioculturais demonstram que o Brasil possui diversidade de territórios familiares e camponeses, constituídos por povos como os faxinalenses, os colonos, sítiantes, pe-

quenos proprietários, quilombolas, assentados, acampados, ribeirinhos, ilhéus, povos das florestas, entre tantos outros que vão se reconhecendo e se autoidentificando, ao longo da caminhada do Movimento Nacional da Educação do Campo. A maior parte dos municípios brasileiros possui baixa densidade demográfica e ampla extensão territorial, com conflitos em torno da propriedade e da renda da terra. As comunidades e povos do campo neles residentes possuem experiências coletivas ímpares de luta e de resistência. A educação do campo coloca em evidência essa realidade brasileira e com isso indaga, no âmbito do conhecimento escolar, a produção de materiais didáticos que, historicamente, deixam à margem ou ignoram, estrategicamente, o contexto agrário, suas contradições e potencialidades. Não se trata de reforçar a dicotomia campo e cidade, a questão é de reconhecimento do campo brasileiro, como lugar, também, de contradições, de exploração e expropriação, e especialmente como lugar de vida, trabalho e cultura. E se trata de colocar em pauta, e no cenário nacional, o debate sobre a educação pública, sua qualidade e condições de trabalho.

Educação rural e educação do campo: expressão de dois projetos societários

Ao longo da história da educação brasileira, os povos do campo foram tratados como sujeitos rústicos e carentes, com necessidades educacionais técnicas e higienistas. Ao lado dessa compreensão, muitos povos do campo deixaram de ser conhecidos e reconhecidos nas políticas educacionais e nas práticas escolares. Os conteúdos escolares, selecionados por profissionais da educação, fortaleciam a visão de que o urbano era sinônimo de desenvolvimento cultural, econômico e social. As metodologias eram marcadamente instrucionais e não contribuíam para que os povos do campo pudessem relacionar os conteúdos escolares a suas experiências socioculturais e de trabalho. A relação entre educador e educando seguia hierarquias que reproduziam as relações sociais coronelistas presentes na dinâmica societária brasileira, criando conformismo e subserviência, em meio a processos de resistência. Essa prática era comum em um momento histórico em que o Brasil possuía a maior parte da população morando no campo, como revelam os dados do IBGE, para os anos de 1940 e 1960, a título de exemplo. Em 1940, o Censo do IBGE registrava 12.880.182 milhões de pessoas na área urbana e 28.356.133 milhões de pessoas na área rural. No ano de 1960, eram 31.303.034 milhões na área urbana e 38.767.423 milhões de moradores do campo.² Esses dados são importantes para relacionar com a legislação educacional de 1961, em especial a LDB 4.024/61, que, em seu artigo segundo, dispunha: "A educação é direito de todos

2 Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/dados-historicos-dos-censos-demograficos>>. Acesso em: 16 set. 2015.

e será dada no lar e na escola". O artigo terceiro expressava que o direito à educação é assegurado, com disposição no inciso I "pela obrigação do poder público e iniciativa privada [...]". Porém, em que pese a ênfase no direito de todos à educação, o artigo 30, em relação à população do campo revela o tratamento desigual, como segue:

Art. 30. Não poderá exercer função pública, nem ocupar emprego em sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público o pai de família ou responsável por criança em idade escolar sem fazer prova de matrícula desta, em estabelecimento de ensino, ou de que lhe está sendo ministrada educação no lar. Parágrafo único. Constituem casos de isenção, além de outros previstos em lei: a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável; b) insuficiência de escolas; c) matrícula encerrada; d) doença ou anomalia grave da criança. (BRASIL, LDB 4.024, 1961. Grifo nosso)

Reconhecendo que a maior parte da população era moradora do campo, sendo muitas as crianças e jovens em idade escolar, é contraditória a isenção estabelecida no artigo. O que aparenta favorecer a população rural, na verdade, torna-se força normativa para eximir o poder público de ampliar a oferta de escolas públicas no campo. Assim, a educação rural, mesmo com a contribuição dos ruralistas pedagógicos, em especial de Sud Mennucci, constituiu-se como fator de exclusão social, de fortalecimento do ideário do Brasil urbano e da formação escolar dualista. A preocupação, no cenário dos anos de 1930, no contexto do ruralismo pedagógico, era com a superação do atraso cultural da população e ênfase nas técnicas para o trabalho agrícola.

Calazans (1993) descreve inúmeros projetos e programas que marcaram a educação rural, nos anos de 1940 e 1950, especialmente a partir da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), com os centros de treinamento, semanas ruralistas, clubes agrícolas, os trabalhos da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e do Serviço Social Rural (SSR). Presença de uma concepção tecnicista de educação, mediante a preocupação com o preparo de técnicos para atender as necessidades da educação de base. Projetos marcados por uma visão extensionista da educação conquistam lugar no cenário nacional. No período de 1960 e 1970, em meio às disparidades regionais, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tendo dentre os seus objetivos o treinamento vocacional agrícola e industrial. A educação está articulada aos projetos de desenvolvimento econômico do país, em um cenário de forças conservadoras e militares que davam impulso ao fenômeno da "modernização da agricultura", altamente excludente. Nesse período, é importante registrar que as experiências de Paulo Freire e sua equipe colocam em questão a educação como prática da liberdade e tecem críticas à educação bancária, na qual educadores e educandos são objetos, no contexto do modo de produção capitalista e da escola.

A partir da década de 1980, o MST contesta a prática da educação rural, excludente, em termos de políticas e de práticas escolares. A lógica da educação rural, centrada na visão urbanocêntrica, torna-se um problema para as crianças e jovens que

frequentavam as escolas públicas localizadas no campo, em especial nos assentamentos organizados pelo MST. A organização do trabalho pedagógico e os conteúdos escolares fortaleciam a recusa da reforma agrária, ao invés de ampliar a problematização sobre a concentração da terra e a luta dos povos do campo.

Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sob o nº 9394. Essa lei contém dois artigos que fortalecem a luta por educação do campo, ainda que o conceito ainda não estivesse dado a época. Os artigos 26 e 28 da LDB dispõem sobre a organização curricular e do tempo escolar, e a possibilidade de organização de conteúdos que articulem características regionais. A terminologia presente na legislação é "educação rural", porém é importante reconhecer que os dois dispositivos podem ser propulsores de mudanças no contexto escolar, em função das necessidades dos povos do campo.

No Manifesto de 1997, já mencionado, as educadoras e educadores do campo firmam o compromisso com "[...] uma identidade própria das escolas no meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento do campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa". (MANIFESTO, 1997) Portanto, desde a década de 1990, as experiências dos movimentos sociais demarcam o início da produção da educação do campo, como explicitam Kolling, Nery e Molina (1999, p.26), no documento memória da I Conferência de 1998:

Utilizar-se-a a expressão campo, e não mais a usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência [leia-se conferência de 1998, pois era um momento de preparação da mesma] uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural.

Delineia-se, nos debates coletivos de preparação das conferências, sejam eles nacionais ou estaduais, o que ficou conhecido como paradigma da educação do campo, com a compreensão de que o campo é lugar de cultura, trabalho e de produção da vida. O campo é para ser lugar de produção da diversidade agrícola e não de práticas monoculturas e de homogeneização da produção como negócio. Com isso, definem-se os conflitos, lutas e disputas entre as políticas e práticas vinculadas ao agronegócio e as vinculadas à agricultura familiar camponesa. Processos de resistência são criados no campo brasileiro, em meio à contradição entre capital e trabalho, materializada nos territórios "iguais" em produção monocultora, ampla tecnologia e pequena participação de mão-deobra e em disputa com os territórios "diversos" do ponto de vista do trabalho e das experiências socioculturais.

No processo de produção da educação do campo, muitos povos foram sendo "conhecidos" e "reconhecidos" em coletivos de lutas, como é o caso dos povos que

moram nos territórios faxinais ou de fundo de pasto, povos ribeirinhos, quilombolas, ilhéus e diversos formatos de assalariados rurais e urbanos. Existem os territórios das regiões metropolitanas, como é o caso dos 29 municípios da Região Metropolitana de Curitiba, em que diversos povos do campo lutam pela permanência na terra, em meio ao avanço do capital, da produção de pinus e da produção ideológica que afirma que o Brasil é urbano e que o desenvolvimento está nas cidades. Para fortalecer o avanço do capital no campo são difundidas produções como as efetivadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), cartilhas denominadas Agrinho, e as frentes de ação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), indicando práticas de empreendedorismo articuladas ao capitalismo agrário. Conformismo, resistência e relações coronelistas (de alianças e barganhas políticas) marcam a realidade rural dessa região metropolitana. Trata-se de uma realidade rural porque a concepção de campo ainda está por ser difundida entre os próprios coletivos e entre o poder público local que, muitas vezes, insiste em negar o campo e a vida que nele existe.

As forças políticas do capital estão espalhadas economicamente e ideologicamente, nas práticas políticas e nas práticas escolares. A escola que está no campo é pública e vincula-se às estruturas do Estado, na esfera municipal ou estadual. Por isso que é fundamental interrogar o que se passa no chão da escola, pois temos constatado que os conteúdos e a gestão educacional estão estreitamente vinculados à lógica da educação rural, fortemente marcada por controle/regulação por parte do poder público. Embora muitas escolas tenham modificado a nomenclatura de "rural" para "do campo", a lógica educacional continua sendo a da educação rural, das decisões governamentais isoladas de diálogo, participação e construção de experiência coletiva que, por sua vez, são requisitos da concepção da educação do campo. Lógica que reforça a separação entre campo e cidade, que unifica os planejamentos educacionais centrados no ideário de que o Brasil e o desenvolvimento encontram-se na área urbana, que reproduz o trabalho temporário nas escolas e com isso dificulta o vínculo entre escola e comunidade, dificulta a elaboração de projetos político-pedagógicos que tenham a participação e o reconhecimento dos povos do campo que acessam a escola pública. Reproduzem lógicas de fechamento e nucleação de escolas, sem questionar a real motivação para o fechamento e para a ampliação da política do transporte escolar. Com o avanço do capitalismo agrário, os povos do campo continuam sendo pressionados para deixar o campo ou para ingressar na lógica de arrendamento de terras para as atividades do agronegócio, a exemplo da cana-de-açúcar e do pinus. A população resiste, mas é preciso reconhecer que o capital, com força econômica, possui forte influência nos poderes legislativos e executivos. A relação de forças tem sido intensa no campo, com violência registrada historicamente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Com o intuito de demarcar as principais diferenças entre a concepção da educação rural e a concepção da educação do campo, apresentam-se a seguir as principais marcas de uma e de outra, no que tange à origem, marcos normativos, processos de gestão educacional e práticas pedagógicas.

Características quanto à gênese da Educação Rural e da Educação do Campo

A sinopse a seguir objetiva expor marcas importantes da educação rural e da educação do campo, filiando-as a matrizes teóricas distintas. A educação do campo tem matriz teórica materialista, com perspectiva dialética e histórica, fundada no ideário socialista de educação. A educação rural tem matriz idealista, fundada na visão liberal de educação e de campo. É assim que se filiam a projetos políticos e societários distintos, uma vincula-se ao projeto hegemônico que temo avanço do capitalismo no campo como sinônimo de desenvolvimento. A outra, no caso a educação do campo, vincula-se a um projeto de desenvolvimento que implica formação humana e sustentabilidade socioambiental. A luta é forte e já indica disputas políticas em torno do conceito de educação do campo, haja vista que muitos programas governamentais e de entidades paraestatais denominam de educação do campo o que na realidade é educação rural. Exemplo, materiais didáticos vinculados ao *Programa Agrinho* do SENAR são marcadamente vinculados à educação rural. O projeto denominado de *Escolas Rurais Conectadas*, da Fundação Telefônica, também é projeto fundado na educação rural, embora faça menção aos referenciais da educação do campo.

EDUCAÇÃO RURAL	EDUCAÇÃO DO CAMPO
1. Constatação do grau de analfabetismo da população rural e preocupação com a superação do subdesenvolvimento do país, do atraso cultural, justificativa de que o número de alunos é reduzido.	1. Constatação de que escola pública caminha na contramão do processo de luta pela terra e pela transformação da sociedade.
2. Formulações advindas do movimento conhecido como Ruralismo Pedagógico. Ênfase na educação rural como meio de conter a migração da população do campo para a cidade. Defesa de ensino centrado no trabalho agrícola.	2. Experiências e lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos anos de 1980. Criação do Setor de Educação e produção de materiais didático-pedagógicos que anunciam características e propostas para a construção da escola em perspectiva omnilateral. Fundamentação em obras de Paulo Freire e Pistrak.
3. Década de 1930 - Ideário da Escola Nova. Manifesto dos Pioneiros da Educação. Defesa da escola pública, de qualidade e laica.	3. I ENERA - Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (1997). Elaboração do Manifesto das Educadoras e Educadores do Campo, dando ênfase à educação como fundamental para a transformação da sociedade.

<p>4. Leis Orgânicas da Educação. 1942 - criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (Decreto 4.958 - providências em relação às escolas localizadas no meio rural).</p>	<p>4. I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo (1998). Publicação de documento contendo os compromissos e desafios para a educação e a escola do campo.</p>
<p>5. Cooperação financeira entre municípios e Estados. Estados deveriam aplicar 15% da receita e elaborar convênios com os municípios, que aplicariam 10%.</p>	<p>5. Criação do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - em 1998, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com isso, possibilidade de articulação, entre governo federal, universidades e movimentos sociais, na oferta de educação de jovens e adultos para os assentados da reforma agrária, bem como oferta de educação superior para assentados, acampados e agricultores familiares e camponeses. Constituição do Movimento Nacional de Educação do Campo, que conforme Munarim (2008) tem vertente sociopolítica, pois é protagonizado por entidades da sociedade civil, e vertente de renovação pedagógica.</p>
<p>6. Ensino primário a cargo do Estado. Estados colocaram para os municípios a responsabilidade pelas escolas rurais, ensino primário. Cabia ao município contratar os professores, abrir e fechar escolas. O poder público ficava responsável pelo salário dos professores. Muitas escolas foram construídas em áreas cedidas por fazendeiros. Esse fato tem gerado, no início do século XXI, a preocupação com as irregularidades fundiárias, haja vista que as áreas eram cedidas, mas não formalmente doadas ao poder público. Dessa forma, muitas instituições escolares estão em áreas irregulares, fato que dificulta o acesso a financiamento educacional.</p>	<p>6. Práticas Educativas em parcerias dos governos: educação básica, ensino médio, educação superior, pós-graduação <i>latu sensu e stricto sensu</i>.</p>
<p>7. Interrupção das aulas em função das intempéries climáticas. Escolas isoladas, unidocentes, nucleadas e multisseriadas.</p>	<p>7. Licenciaturas em educação do Campo, vinculadas ao Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).</p>
<p>8. Décadas de 1950, 60 e 70: programas governamentais, educação comunitária, alfabetização, convênios. Questionamento do alto número</p>	<p>8. Cursos de Agroecologia vinculados aos Institutos de Agroecologia latino-americanos.</p>

<p>9. Constituição de 1988: vínculo de trabalho docente. Concursos. Modifica-se, aos poucos, o perfil dos professores das escolas rurais. LDB 9394/96 - artigos 26 e 28 dispõem sobre a educação para a população rural. Busca-se a formação em educação superior para os professores das escolas rurais. Amplia-se a participação do mercado e da educação a distância na formação de professores.</p>	<p>9. Produção de material bibliográfico como coletâneas, artigos, teses e dissertações. Consolidação de grupos de pesquisa em educação do campo.</p>
<p>10. Interferência do SENAR, SEBRAE e empresas que produzem materiais didáticos encaminhados às escolas, via convênios com as prefeituras e secretarias de educação.</p>	<p>10. Construção das diretrizes nacionais da educação do campo (2002) e das diretrizes complementares (2008).</p>
<p>11. Mudança de nomenclatura de escolas sem discussão do projeto político-pedagógico com os interessados - povos do campo.</p>	<p>11. Pacto da Educação do campo (2010) e Decreto Presidencial de 2010. Criação do Fórum Nacional da Educação do Campo (2010)</p>
<p>12. Fechamento de escolas mediante justificativa de que o número de alunos é reduzido.</p>	<p>12. Nos Estados: comitês, fóruns, diretrizes, resoluções, materiais didático-pedagógicos. Criação da Comissão Nacional de Educação do Campo, 2013.</p>

Organização de Maria Antônia de Souza, 2015.

Como se observa, a gênese da educação rural está centrada na ação governamental dissociada da participação ou do protagonismo dos movimentos populares e organizações sociais e, portanto, dos povos do campo. Já a educação do campo tem em sua gênese a materialidade das relações sociais que se passam no campo, a organização dos movimentos sociais, suas experiências, lutas e demandas. Em 18 anos de produção da educação do campo, são muitos os frutos, dentre políticas, práticas pedagógicas e produção acadêmico-científica, todos em perspectiva de experiência e trabalho coletivos. Para cada conquista da educação do campo, são gerados inúmeros novos desafios. Por exemplo, a conquista da licenciatura em educação do campo gera a demanda por reconhecimento da formação por área de conhecimento e de mudanças na construção de editais para concursos públicos. A conquista do Programa Nacional do Livro Didático Campo gera a necessidade de outras produções didáticas, como as coletivas, além de outras lógicas de produção e de comercialização dos materiais, que não a lógica das editoras de mercado. A conquista de programas governamentais, como o PRONERA, gera a necessidade de um número maior de universidades e de pesquisadores com vínculo com as lutas dos povos do campo. A construção de diretrizes curriculares gera a necessidade de intensificação na divulgação e estudo das mesmas, em especial nas redes municipais de ensino, que são as que mais têm escolas no campo e as que menos têm gestores e profes-

sores com conhecimento das lutas do Movimento Nacional de Educação do Campo. As dificuldades são inúmeras, em especial quando se avança para a escala municipal, territórios onde as lógicas coronelistas estão enraizadas na política local e na cultura. Em síntese, a educação construída no movimento dos povos do campo é movida pelo trabalho coletivo, pelos intelectuais coletivos e por uma perspectiva transformadora de educação.

Os fundamentos da educação rural e da educação do campo

A sinopse a seguir tem o intuito de caracterizar os fundamentos da educação rural e da educação do campo, a fim de superar a confusão gerada por quem afirma que a educação do campo superou ou dá continuidade à educação rural. A educação do campo interroga a educação rural, é antagônica a ela. As duas concepções seguem fortes, na política e na prática escolar, por isso a necessidade de distingui-las para poder firmar os pés na concepção transformadora de educação. A escola que está no campo é a escola pública municipal e/ou estadual. Entretanto, a concepção de educação que fundamenta a prática e a política educacional é diferente e divergente, de acordo com o conhecimento e o reconhecimento que se possui dos povos do campo e das suas lutas.

EDUCAÇÃO RURAL	EDUCAÇÃO DO CAMPO
1. Vincula-se a uma concepção bancária de educação que não interroga os conflitos de classe. Trata-se de uma concepção liberal de educação. Escola e professores são fundamentais para "levar o progresso para o campo" e para conter o processo de migração campo cidade.	1. Vincula-se a uma concepção sociocultural e problematizadora do mundo e da educação. Coloca em evidência a disputa entre dois povos para o Brasil. O projeto dos povos do campo e o projeto do agronegócio em grande escala. Trata-se de uma concepção libertadora e transformadora de educação.
2. Tem-se o homem do campo como sinônimo de atraso. Prescreve-se a educação que é necessária para ele.	2. Tem o homem e a mulher como sujeitos da história e da escola.
3. Ideologia do capitalismo agrário.	3. Ideologia da sustentabilidade socioambiental e da transformação do modo de produção capitalista.
4. Governos determinam gestão educacional.	4. Movimentos sociais indagam a realidade das escolas rurais e protagonizam experiências coletivas.

5. Precariedade na implantação das escolas públicas. Prática de fechamento e de nucleação de escolas.	5. Movimentos sociais indagam a gestão e o processo pedagógico.
6. Os municípios são responsáveis pelos anos iniciais do Ensino Fundamental entre os povos do campo.	6. Constituição de uma esfera pública (governos e sociedade civil) para a definição de políticas públicas de educação do campo, materializada em comissões e fóruns.
7. Extensão rural é um dos meios de superar o atraso da população do campo.	7. Articulada a um projeto de campo e um projeto de país fundados na sustentabilidade socioambiental.
8. Preocupação em levar conhecimentos para o trabalhador do campo, que era considerado "ignorante".	8. Valorização do trabalho, cultura, educação, identidade e diversidade. Esses conceitos são detalhados no Dicionário da Educação do Campo, também fruto da produção coletiva.
9. Tratamento infantilizado dos adultos nos projetos governamentais de educação de adultos.	9. Produção coletiva do conhecimento e organização de diferentes espaços e tempos educativos.
10. Preocupação com a formação escolar. A educação rural resumia-se à escola e aos projetos de extensão rural.	10. Preocupação com a formação humana. Educação do campo não se resume à educação escolar.
11. Tempo e espaço escolar fragmentados e homogeneizados.	11. Sistematização das experiências e demandas dos povos do campo por pesquisadores vinculados aos movimentos sociais e aos coletivos de pesquisas nas universidades.
12. Pensadores e equipes governamentais elaboram as diretrizes, programas e políticas para a educação no meio rural.	12. Movimentos sociais e coletivos nacionais de povos do campo exercem papel positivo e de controle social, bem como são fundamentais na execução das políticas públicas.

Organização de Maria Antônia de Souza, 2015.

A respeito dos fundamentos da educação do campo, o texto de Caldart (2008) é esclarecedor. Ela destaca os pilares que sustentam a concepção de educação do campo. Ela afirma que "Na Educação do Campo, o debate do campo precede o da educação ou da pedagogia, ainda que o tempo todo se relacione com ele" (2008, p.77). Salienta que "A materialidade de origem da Educação do Campo está nos processos formadores dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais do campo" (2008, p.81). A Educação do Campo "desafia o pensamento pedagógico a entender estes processos, econômicos, políticos, culturais, como formadores do ser humano e, portanto, constituintes de um

projeto de educação emancipatória, onde quer que ela aconteça, inclusive na escola". (2008, p.81). Enfatiza que "a Educação do Campo tem dado centralidade/peso à luta pela democratização do acesso ao conhecimento [...]". (2008, p.82). Para a autora,

Se for fiel aos movimentos sociais de sua constituição, a Educação do Campo combinará a luta pelo acesso universal ao conhecimento, à cultura, à educação com a luta pelo reconhecimento da legitimidade de seus sujeitos também como produtores de conhecimento, de cultura, de educação, tensionando, pois, algumas concepções dominantes. (2008, p. 82)

Para Caldart (2008, p. 84), "A Educação do Campo precisa trabalhar com a questão do pluralismo". Salienta que "Os sujeitos do campo são diversos e essa diversidade precisa ser incorporada em nossa reflexão político-pedagógica".

Dessa forma, os elementos fundantes da educação do campo são: projeto político de sociedade e de campo; projeto de educação vinculado ao trabalho e à cultura; concepção emancipatória/transformadora de educação; valorização da diversidade relacionada aos Outros com quem se dialoga no movimento da educação do campo. São diversos os povos do campo, porém suas trajetórias de resistências, lutas e condição e trabalho têm muitos aspectos comuns. São trajetórias de perdas, conquistas, exploração, discriminação, preconceitos e desigualdades.

Esses fundamentos da educação do campo buscam referenciais pedagógicos socialistas no encaminhamento da problematização e da construção de experiências educativas, buscam processos de gestão coletiva dos espaços de lutas e formativos. Para que se efetivem as demandas da educação do campo, é fundamental reconhecer a lógica liberal, capitalista, que marca o conjunto de relações societárias e a instituição escola. No início do século XX, a educação rural era marcada por ideários que defendiam que os professores deveriam ter formação específica para lidar com a escola, para enfatizar o ensino agrícola, para compreender a lógica do homem do campo. Havia a preocupação de que professor fosse o mediador, aquele que ajudaria a população rural a superar o atraso e a condição de pobreza. Dessa forma, os povos do campo não eram reconhecidos pelas suas práticas socioculturais, pelo seu trabalho e pelo seu lugar nas relações capitalistas compreendidas no campo. *Para eles*, uma educação pensada desde a lógica institucional e instrucional. Em contraponto a essa concepção hegemônica de mundo e de escola, a educação do campo é sinônimo de construção de um projeto de campo e de escola que conta com a participação efetiva dos povos do campo, no contexto da luta por reforma agrária. Em meados dos anos de 1990, pouco ou nada se dizia sobre os povos ribeirinhos, quilombolas, faxinalenses, assentados, acampados entre tantos outros. Passados 20 anos, muitos coletivos organizaram-se, para efetivar direitos civis, sociais e políticos, e, especialmente, para se reconhecerem como sujeitos de direitos e sujeitos trabalhadores com capacidade para protagonizar políticas públicas. Constitui exemplo

a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais,³ criada na Região Sul, no ano de 2008. Na rede Puxirão, estão grupos étnicos tais como Xetá, Guarani, Faxinalenses, Quilombolas, Kaingang, Benzeditores e Benzedeiras, Pescadores Artesanais, Caiçaras, Cipozeiras, Religiosos de matriz africana e ilhéus.

Em síntese, luta de classes, campo, trabalho, sujeito, experiência coletiva, diversidade são conceitos fundantes da Educação do Campo. Sua materialidade está na prática social que é educativa, para além das formalidades institucionais.

A sinopse a seguir tem o objetivo de descrever a origem das políticas educacionais a partir da concepção de campo e de ruralidade do território brasileiro.

EDUCAÇÃO RURAL	EDUCAÇÃO DO CAMPO
1. O rural é visto como lugar de atraso, cujo desenvolvimento se encontra na área urbana ou no avanço do capitalismo agrário, das tecnologias e da produção de matéria-prima para exportação.	1. O campo é tido como lugar de vida, trabalho, cultura e diversidade de produção. Enfatiza a produção agrícola, sem o uso de agrotóxicos e a produção para o mercado interno. Lugar de luta e resistência.
2. A escola é lugar onde os professores podem auxiliar as crianças, jovens e adultos a superar o atraso e adquirir conhecimentos que possam ser úteis ao desenvolvimento cultural, econômico e social.	2. As políticas públicas são frutos do diálogo permanente entre as organizações e movimentos de trabalhadores e as instâncias governamentais.
3. As políticas educacionais, formação de professores, materiais didáticos, planejamento do ensino, processo avaliativo são construídos pelas equipes governamentais. Educadores e educandos são objetos do processo educativo.	3. Os trabalhadores e povos do campo são reconhecidos em suas lutas, diversidade e experiências socioculturais. São sujeitos que protagonizam processos e lutas de resistência contra um modelo hegemônico de uso da terra e de exploração do trabalho humano.
4. Vincula-se à concepção hegemônica de educação, incluindo a participação de sujeitos externos ao processo educativo, como entidades paraestatais e conteúdos que veiculam a ideologia do capitalismo agrário, do agronegócio como sinônimo de desenvolvimento.	4. As conferências e Fóruns constituem-se como espaços públicos formados por coletivos que analisam a própria realidade e que participam da proposição de políticas educacionais.
5. Materiais didáticos vinculados à lógica empresarial.	5. As experiências coletivas são sistematizadas e passam a constituir memória essencial para a continuidade e o aprofundamento da luta por um projeto contra-hegemônico de sociedade, campo e educação.

3. Vide o blog da Rede Puxirão. Disponível em: <<http://redepuxirao.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26 set. 2015.

- | | |
|---|---|
| <p>6. Separação entre escola urbana e rural na distribuição dos equipamentos, semanas pedagógicas e formação continuada de professores.</p> | <p>6. Demandas por políticas vêm dos movimentos sociais de trabalhadores. A pauta é DOS trabalhadores organizados.</p> |
| <p>7. Política de fechamento de escolas.</p> | <p>7. Possui marcos normativos importantes que dispõem sobre identidade da escola do campo, projetos institucionais, gestão da escola, organização da educação de jovens e adultos, educação infantil e educação especial. Ainda, dispõem sobre a política de fechamento e nucleação de escolas. Em função do expressivo fechamento de escolas no campo, denunciado pelos movimentos sociais, em Manifesto contra o fechamento, foi incluído o parágrafo Único ao artigo 28 da LDB. O referido artigo expressa que o fechamento de escola não poderá ocorrer sem a realização de diagnóstico pelo poder público e sem a participação da comunidade.</p> |

Organização de Maria Antônia de Souza, 2015.

As políticas educacionais, segundo a concepção da educação rural, vinculada à ideologia do capitalismo agrário, são construídas a partir das equipes governamentais, do poder executivo, para a sociedade civil, sem considerar e reconhecer as experiências dos coletivos organizados. Vincula-se consciente ou inconsciente, politicamente, às práticas e à ideologia do capitalismo e da adaptação à realidade. Já a educação do campo interroga essa lógica e ideário de fazer política, que exclui e discrimina outras formas de conhecimento e de experiências socioculturais. Interroga as políticas e práticas que excluem os trabalhadores do processo decisório, da gestão e da proposição. Trata-se de uma prática coletiva que interroga a lógica institucional que desconsidera os trabalhadores como sujeitos de processos de transformação social.

É como escreve Munarim (2010), a Educação do Campo constitui-se em um movimento sociopolítico e de renovação pedagógica. Com a participação das entidades da sociedade civil e das universidades, as experiências formativas e de organização de programas governamentais aderentes à concepção da Educação do Campo se multiplicam. Em menos de 20 anos são experiências de educação de jovens e adultos, ensino médio, educação superior, pós-graduação, criação de dezenas de grupos de pesquisa que têm como descritores o campo e a educação do campo, ampliação do número de pesquisas na academia, ampliação dos espaços públicos, em seminários, fóruns, articulações e simpósios, que problematizam o campo e a realidade das escolas do campo. São práticas que ampliam formas coletivas de organizar políticas educacionais. Entretanto, há muito

que caminhar em especial no que diz respeito à constituição de escolas do campo. A educação do campo interroga a identidade da escola que está no campo. Nas diretrizes operacionais para a educação básica, nas escolas do campo, está disposto que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, Grifo nosso)

Como escrevem Molina e Sá (2012, p. 326): "A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da EDUCAÇÃO DO CAMPO, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação". Em função dessa estreita relação entre luta pela reforma agrária e pela educação é que se firma o conceito de escola do campo, cuja identidade requer a reestruturação de projetos político-pedagógicos, a problematização da concepção que orienta a prática e a gestão educacional e, a consequente, relação estabelecida entre a instituição escola e a comunidade local. A educação do campo e a escola do campo estão em uma posição antagônica, como salientam Molina e Sá, em relação "[...] as concepções hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital" (2012, p.326).

As práticas pedagógicas fundadas na educação rural e na educação do campo

A sinopse a seguir, como as anteriores, tem o intuito de anunciar características importantes, mas não as únicas, do antagonismo existente entre a concepção de educação rural/escola rural e de educação do campo/escola do campo. Importante reiterar que as escolas são públicas, vinculadas aos sistemas municipais e estaduais de ensino. A ênfase está sendo colocada na Educação Básica e na organização do trabalho pedagógico nas escolas. Concordamos com Caldart (2012, p. 45), ao afirmar que "O desenvolvimento multilateral do ser humano não pode ser trabalhado efetivamente na escola sem que se rompa com a forma escolar instituída. Ela aprisiona o processo educativo".

EDUCAÇÃO RURAL	EDUCAÇÃO DO CAMPO
<p>1. Planejamento: centrado no livro didático e na ideologia do Brasil urbano. Projeto Político-Pedagógico idêntico ao das escolas urbanas. Há forte presença de agentes externos à escola, participando das semanas pedagógicas e da elaboração dos projetos político-pedagógicos, materializada em assessorias empresariais e palestras motivacionais.</p> <p>2. Conteúdos fragmentados e determinados pelo livro didático e pelas equipes pedagógicas das secretarias de educação.</p> <p>3. Relação Professor-alunos: hierárquica e de atenção voltada ao cuidado do aluno.</p> <p>4. Avaliação: centrada na "devolução dos conteúdos ensinados em aula". Notas, diários, seriação, preocupação com os exames nacionais e com o rendimento escolar.</p> <p>5. Formato disciplinar aos conteúdos e recortados segundo o tempo escolar.</p> <p>6. Professores com grande rotatividade nas escolas. É comum os alunos terem aulas com diferentes professores, ao longo de um ano. Professores com formação inicial frágil, em condições precárias/temporárias de trabalho e baixos salários.</p> <p>7. Formação centralizada no ideário do Brasil urbano. Trabalho individualizado.</p> <p>8. Controle gerencial e quantitativo da qualidade da educação, determinados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica.</p>	<p>1. Planejamento: preocupação com a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico e do planejamento do ensino.</p> <p>2. Formação inicial e continuada de professores, pensada a partir de um projeto transformador de sociedade, organizado em diferentes tempos e espaços educativos, mediante a concepção de formação em Alternância.</p> <p>3. Conteúdos: livros didáticos e demais materiais presentes na escola. Ainda é um desafio, pois se busca um material didático-pedagógico que valorize o trabalho, a cultura, a identidade e a organização dos povos do campo.</p> <p>4. Relação educador-educandos: pretende-se dialógica, mas há um longo caminho a ser percorrido, pois a formação dos professores ainda é bastante tradicional e com pouca atenção à realidade da agricultura familiar e camponesa do país.</p> <p>5. Avaliação: pretende-se diagnóstica, crítica e autoavaliativa. Criam-se ciclos de formação. Busca-se a superação da seriação e da formação disciplinar.</p> <p>6. Busca-se a efetivação de concursos públicos e a superação da rotatividade de professores.</p> <p>7. Ênfase no trabalho e produção coletivos.</p> <p>8. Valorização do profissional da educação mediante lutas por melhores condições de trabalho e salários.</p>

<p>9. Práticas efetivadas em escolas com infraestrutura precária.</p> <p>10. Formação continuada determinada pela ação do mercado, em particular cursos ofertados na modalidade de educação a distância.</p> <p>11. Presença de entidades privadas ou entes paraestatais nas escolas públicas, com materiais didáticos que descaracterizam a educação do campo como construída nos movimentos sociais</p>	<p>9. Controle social da qualidade da educação.</p> <p>10. Ênfase no papel do Estado, no que diz respeito ao financiamento da educação.</p> <p>11. Construção de matrizes pedagógicas da educação do campo, em consonância com as sistematizações feitas por Caldart (2008) em diversas obras, a partir das experiências educativas no MST, e por Arroyo (2010).</p>
---	--

Organização de Maria Antônia de Souza, 2015

O que se observa é a presença e a organização de uma escola pública, com aderência ao projeto hegemônico de sociedade, que não reconhece as experiências socioculturais dos povos do campo e que não tem aderência a um projeto de educação que seja da classe trabalhadora. A escola, para ter a identidade do campo, tem que ter o vínculo com uma prática pedagógica que fortaleça a luta dos trabalhadores, seus processos de resistência, modo de vida e realidade de trabalho com a terra, florestas e águas. Essa prática está em construção e pode ser fortalecida com as normativas da educação do campo aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, e com o decreto presidencial que reconhece a educação do campo como política nacional.

Os princípios da Educação do Campo estão colocados em documentos produzidos nas Conferências e no Fórum Nacional de Educação do Campo e documentos legais, a exemplo do Decreto presidencial sob nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Em seu artigo 2º expressa quais são os princípios da Educação do Campo, do ponto de vista normativo, como segue:

Art. 2º São princípios da Educação do Campo:

- I. respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II. incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III. desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV. valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V. controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010)

Esses princípios têm que ser analisados à luz do que está posto nos documentos frutos do debate coletivo, como é o caso das produções realizadas durante as duas Conferências Nacionais de Educação do Campo, a de 1998 e a de 2004. Em 1998, foram anunciados os seguintes *compromissos e desafios* da Educação do Campo:

Vincular as práticas de Educação Básica do Campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional. Promover e viver novos valores culturais. Valorizar as culturas do campo. Fazer mobilizações em vista da conquista de políticas públicas pelo direito à Educação Básica do Campo. Lutar para que todo o povo tenha acesso à educação. Formar educadoras e educadores do campo. Produzir uma proposta de Educação Básica do Campo. Envolver as comunidades neste processo. Acreditar na nossa capacidade de construir o novo. Implementar as propostas de ação desta Conferência. (CONFERÊNCIA NACIONAL, 1998)

São princípios que revelam categorias fundantes da Educação do Campo, tais como projeto político, luta, cultura, participação e política pública. Na luta pela educação dos camponeses, há que se considerar a unidade de forças contrárias presentes no campo – latifúndio/agronegócio x classe trabalhadora/agricultura familiar camponesa. Para além das relações com a terra, os povos do campo trabalham nas águas e florestas e participam de um conjunto de práticas socioculturais singulares. O que há em comum entre os povos do campo, das florestas e das águas, é toda uma vida de trabalho e de resistência. Resistência como criação de condições socioeconômicas, culturais e políticas para garantir a vida, o trabalho, a educação, a dignidade e a coletividade. Os movimentos sociais e os Fóruns de Educação do Campo constituem exemplares da experiência coletiva na luta por direitos, por outro projeto de sociedade, por valorização cultural e por educação. Expressam práticas articuladas e em Articulação Nacional. São intelectuais orgânicos coletivos em ação de enfrentamento e confronto de dois projetos de país – o do capital e o dos trabalhadores.

Na II Conferência, realizada em 2004, foi elaborada uma Declaração Final da qual constam denúncias dos problemas da educação no campo, a saber:

faltam: escolas para atender a todas as crianças e jovens; ainda há muitos adolescentes e jovens fora da escola; falta infraestrutura nas escolas e ainda há muitos docentes sem a formação necessária; falta uma política de valorização do magistério; falta apoio às iniciativas de renovação pedagógica; falta financiamento diferenciado para dar conta de tantas faltas; os mais altos índices de analfabetismo estão no campo; os currículos são deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses dos seus sujeitos. (CONFERÊNCIA NACIONAL, 2004, p.)

O coletivo elaborou uma pauta a ser defendida pelo Movimento da Educação do Campo, destacando que a luta é por um projeto de sociedade justo, democrático e igualitário. Luta por “um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, que se contraponha ao latifúndio e ao agronegócio” (CONFERÊNCIA NACIONAL, 2004, p. 2).

Luta por um projeto de desenvolvimento que garanta:

A realização de uma ampla e massiva reforma agrária; a demarcação das terras indígenas; o fortalecimento e expansão da agricultura familiar/camponesa; as relações/condições de trabalho, que respeitem os direitos trabalhistas e previdenciários das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais; a erradicação do trabalho escravo e da exploração do trabalho infantil; o estímulo à construção de novas relações sociais e humanas, e o combate de todas as formas de discriminação e desigualdade fundadas no gênero, geração, raça e etnia; a articulação campo – cidade, o local-global. Lutamos por um projeto de desenvolvimento do campo onde a educação desempenhe um papel estratégico no processo de sua construção e implementação. (CONFERÊNCIA NACIONAL, 2004, p. 2)

Assim, o coletivo reafirmou o compromisso com uma visão de campo, de educação e de política pública que valoriza sujeitos, trabalho e processo formativo voltado para a transformação. Definem-se demandas fundamentais para a efetivação da Educação do Campo, a saber: 1. *Universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no e do campo à Educação Básica de qualidade social*. 2. *Ampliação do acesso e garantia de permanência da população do campo à Educação Superior*. 3. *Valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo*. 4. *Formação de profissionais para o trabalho no campo*. 5. *Respeito à especificidade da Educação do Campo e à diversidade de seus sujeitos*. (CONFERÊNCIA NACIONAL, 2004, p. 3)

Os coletivos, ao definirem demandas, indicam ações fundamentais para a efetivação das mesmas, a exemplo do não fechamento de escolas, da construção de outra organização curricular e do trabalho pedagógico, da formação continuada de professores etc. A relação com o Estado é marcada pelo protagonismo dos movimentos e organizações sociais do campo, em meio a parcerias e a práticas regulatórias por parte do Estado materializadas nas ações governamentais, ações dos tribunais de contas e dos poderes legislativo e judiciário.

No Manifesto produzido durante o II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária fica posta a denúncia das práticas empresariais na agricultura e na educação, bem como o fortalecimento dos princípios de um projeto popular

de reforma agrária, de país e de educação, voltado para a transformação. Explicitam-se as relações conflituosas que têm marcado a luta e a experiência da educação do campo no Brasil, a contradição capital e trabalho, o antagonismo entre o projeto hegemônico de agricultura e de escola e o projeto da agricultura mediante produção de alimentos saudáveis, entre o projeto de educação vinculado aos interesses mercadológicos e o projeto de educação fundado na formação humana/transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatos que marcam a gênese da educação do campo estão vinculados à luta de classes, à luta dos trabalhadores frente ao avanço do capitalismo agrário. Vinculam-se à construção de um projeto popular de sociedade. É nesse cenário que se localizam os embates e disputas que envolvem a escola pública localizada no campo. A interrogação da escola rural é fortalecida com as experiências educativas realizadas pelo MST, nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, bem como pelas experiências vinculadas ao PRONERA e ao PROCAMPO. O conjunto de espaços formativos não escolares construídos no movimento social, a exemplo dos setores de produção, cooperação, educação, comunicação e formação política, as conferências e articulações nacionais, as articulações estaduais, entre outros, constituem exemplares fundantes das práticas e políticas da educação do campo.

A preocupação com o analfabetismo nas áreas de assentamentos da reforma agrária e com a formação política dos trabalhadores leva os movimentos sociais a questionarem o Estado, materializado nos governos, no que tange ao projeto de campo e de educação dos povos do campo. Mediante demandas e protagonismo na construção de políticas educacionais, os movimentos sociais lançam as bases do Movimento Nacional de Educação do Campo, que desencadeia uma série de práticas coletivas, no interior de governos e de universidades públicas, fazendo com que os marcos normativos dispõemham sobre a educação dos povos do campo e que a produção acadêmica lance novos e fortes olhares para o campo, os sujeitos do campo, seu protagonismo e suas lutas pela efetivação de direitos sociais, civis e políticos. Assim, a relação entre governo e sociedade civil amplia o protagonismo dos coletivos, mas também acirra as disputas políticas, a judicialização da educação e da reforma agrária, pois tem em conta a prática voltada para um projeto contra-hegemônico. É por isso que a educação do campo incomoda, pois tem em seu centro outro projeto de campo, de sociedade e de escola, opostos aos interesses do capitalismo.

Dentre os fatos que marcam a sua consolidação, é possível mencionar a organização de espaços públicos como as conferências nacionais Por Educação do Campo; a publicação de normativas, como as diretrizes de 2002 e de 2008, e o decreto presidencial de novembro de 2010; a organização de programas governamentais criados

em diálogo com os movimentos sociais, a exemplo do PRONERA e do Programa de Formação de Professores (PROCAMPO); a criação de grupos de pesquisas no CNPq e linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, que acumulam centenas de pesquisas versando sobre movimentos sociais do campo e educação do campo.

A educação do campo cresce mediante o compromisso firmado pelos movimentos sociais de constante tensionamento com os governos, para a efetivação de políticas construídas coletivamente. Cresce, também, com a colaboração de pesquisadores que, incansavelmente, se dedicam a fortalecer e a construir as experiências educativas, em diálogo com os movimentos sociais de trabalhadores. Amplia-se e aprofunda-se o debate e o conjunto de experiências, a partir da relação com o Estado, que é sempre tensa, de enfrentamento, marcada pela contradição, pelo protagonismo e pela regulação. A educação do campo não defende a separação entre campo e cidade, ao contrário, como no título do livro organizado por Paludo (2014), originado do I SIFEDOC/RS, que valoriza a busca de caminhos comuns ao campo e à cidade.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. As matrizes pedagógicas da Educação do Campo na perspectiva da luta de classes. In: MIRANDA, Sônia Guariza; SCHWENDLER, Sônia Fátima. (Orgs.). **Educação do campo em movimento: teoria e prática cotidiana**. v. 1. Curitiba: Editora UFFPR, 2010. p.35 - 54.
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 nov. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. **Diário Oficial da União**, 29/4/2008, Seção 1, p. 25-26.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 abr. 2002.
- BRASIL. **Lei 9.394 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 20 e set de 2015.

- BRASIL. **Lei 4.024 fixa as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em 20 de set de 2015.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural (traços de uma trajetória). In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. (Orgs.). **Educação escola no campo**. Campinas, SP: Papirus, 1993. p.15-40.
- CALDART, Roseli Salette. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por uma Educação do Campo**: campo - políticas públicas - educação. v. 7. Brasília, DF: INCRA/MDA, 2008. p. 67-86.
- CALDART, Roseli Salette. Caminhos para a transformação da escola. In: AUED, Bernardete Wrublevski; VENDRAMINI, Célia Regina. (Orgs.). **Temas e problemas no ensino em escolas do campo**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 23 a 58.
- CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO. **Compromissos e desafios**. Luziânia, GO: CNBB, MST e outros, 27 a 31 de julho de 1998.
- CONFERÊNCIA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Declaração Final**. Luziânia, GO: CNBB, MST e outros, 2 a 6 de agosto de 2004.
- DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernardete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.
- DAMASCENO, Maria Nobre. **Pedagogia do Engajamento**. Fortaleza: EUFC, 1990. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sínteses Históricas. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/dados-historicos-dos-censos-demograficos>>. Acesso em: 16 set. 2015.
- KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo** (memória). Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999.
- MANIFESTO DAS EDUCADORAS E EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA. 3fls. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCADORAS E EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA, 2. Luziânia. **Anais...** Luziânia, GO: MST, 2015. **Texto impresso**, p.1-4.
- MENNUCCI, Sud. **Cem anos de Instrução pública (1822-1922)**. São Paulo: Editores Salles Oliveira, Rocha & Cia, 1932.
- MENNUCCI, Sud. **Ruralização**. São Paulo, Imprensa Oficial, 1944.
- MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do campo. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p.324-330.
- MUNARIM, Antônio. Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008. Caxambu, MG. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT03-4244-Int.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.
- MUNARIM, Antônio. Educação do campo: desafios teóricos e práticos. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME Sônia; CONDE, Soraya Franzoni; PEXER, Zilma. (Orgs.). **Educação do Campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010. p.9-18.
- PALUDO, Conceição. (Org.). **Campo e cidade**: em busca de caminhos comuns. Pelotas: Editora da UFPel, 2014.
- III PNERA - Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária. Brasília, DF: IPEA, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25640>. Acesso em: 25 set. 2015.
- RIBEIRO, Marlene. Desafios postos à educação do campo. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, SP, n. 50 (especial), p. 150-171, mai. 2013. Disponível em <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/viewFile/5478/4381>>. Acesso em: 26 set. 2015.
- SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e movimentos sociais do campo**: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.
- SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e movimentos sociais do campo**: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2015. 2. ed. revisada e ampliada. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional**: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí: Editora da Unijuí, 2007.